

Empresa de Mineração Esperança S.A.

Demonstrações Financeiras
31 de dezembro de 2020

Empresa de Mineração Esperança S.A. - Demonstrações financeiras
Conteúdo

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa	8
Balanço Patrimonial	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)	10
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras	11
1. Contexto operacional	
2. Base de preparação das demonstrações financeiras	
3. Receitas de vendas	
4. Custos e despesas por natureza	
5. Redução ao valor recuperável de ativos não circulantes e contratos onerosos	
6. Resultado financeiro	
7. Tributos sobre o lucro	
8. Tributo a recuperar	
9. Caixa e equivalentes de caixa	
10. Contas a receber e fornecedores	
11. Estoques	
12. Imobilizado	
13. Obrigações para desmobilização de ativos	
14. Processos judiciais	
15. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	
16. Transações com partes relacionadas	
17. Classificação dos instrumentos financeiros	
18. Sumário das principais políticas contábeis	
19. Estimativas e julgamentos contábeis críticos	
20. Gestão de riscos	
Membros da Diretoria e Responsáveis Técnicos	23



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Empresa de Mineração Esperança S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Mineração Esperança S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Mineração Esperança S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Em 15 de março de 2021 emitimos relatório de auditoria sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras da Empresa de Mineração Esperança S.A., que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na Nota 2 (d), essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir ajustes na apresentação da demonstração do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e da demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto). Esse relatório substitui o originalmente emitido em 15 de março de 2021. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Empresa de Mineração Esperança S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.




Empresa de Mineração Esperança S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 1º de abril de 2021


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

Demonstração do Resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
		2020	2019 (Reapresentado nota 2d)
Receita de vendas, líquida	3	-	155.708
Custo dos produtos vendidos	4(a)	-	(109.189)
Lucro bruto		-	46.519
Despesas operacionais			
Outras despesas operacionais	4(b)	(42.127)	(40.230)
Baixas de imobilizado	4(b)	-	(970)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	5 e 12	-	(161.161)
Prejuízo operacional		(42.127)	(155.842)
Receitas financeiras	6	779	1.628
Despesas financeiras	6	111	(4.034)
Ganho na conversão de moeda		-	153
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro		(41.237)	(158.095)
Tributos sobre o lucro			
Tributo corrente	7(a)	-	(1.400)
Prejuízo do exercício		(41.237)	(159.495)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

Em milhares de reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2020	2019 (Reapresentado nota 2d)
Prejuízo do exercício	(41.237)	(159.495)
Ajustes de conversão	-	(5.263)
Total do resultado abrangente	(41.237)	(164.758)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro de		
		2019	
	Notas	(Reapresentado nota 2d)	
		2020	
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro		(41.237)	(158.095)
Ajustes por:			
Depreciação, amortização e exaustão	12	274	1.757
Baixa de imobilizado	4 (b)	-	970
Redução ao valor recuperável de ativos não circulantes	5 e 12	-	161.161
Provisão de juros de empréstimos		-	1.675
Provisão (reversão) de provisões	14	1.767	(544)
Atualização de provisões para contingências e depósitos judiciais		(214)	1.249
Obrigações para desmobilização de ativos	13	(5.718)	-
Perdas na conversão de moedas		-	34.632
Provisão para perda de adiantamentos		-	7.881
Ajuste a valor realizável de estoques	11	-	22.888
Outros		693	(592)
Variações de ativos e passivos:			
Contas a receber	10	591	13.510
Estoques	11	1.581	(5.315)
Tributos a recuperar		(425)	3.075
Fornecedores	10	21.178	(9.704)
Tributos a pagar		-	(854)
Outros ativos e passivos		345	(6.792)
Caixa líquido proveniente das (utilizados nas) atividades operacionais		(21.165)	66.902
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisições de imobilizado	12	(1.875)	(4.073)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(1.875)	(4.073)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Transações com acionistas:			
Pagamento de arrendamento		(235)	(371)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(235)	(371)
Ajuste de conversão de moeda		-	(31.347)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa no exercício		(23.275)	31.111
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		35.082	3.971
Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício	9	11.807	35.082
Informação suplementar			
Transações não caixa decorrente de:			
Arrendamentos	12	-	(868)
Obrigações para a desmobilização de ativos	13	-	(2.996)
Aumento de capital com emissões de ações	15	-	92.029
Pagamento de empréstimos a controladora	15	-	(92.029)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial

Em milhares de reais

	Notas	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019 (Reapresentado nota 2d)
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	11.807	35.082
Contas a receber	10	30	2
Estoques	11	8.199	8.337
Tributos a recuperar	8	1.736	1.195
Tributos sobre o lucro a recuperar	7(b)	2.867	2.965
Outros		-	-
		24.639	47.581
Ativo não circulante			
Transações com partes relacionadas	16	-	619
Estoques	11	-	1.704
Tributos a recuperar	8	13.717	13.735
Depósitos judiciais	14	1.369	1.757
Outros ativos circulantes		2	2
		15.088	17.817
Imobilizado	12	4.585	2.848
		4.585	2.848
Total do ativo		44.312	68.246
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	10	22.982	1.804
Arrendamentos		343	343
Salários e encargos sociais		1.332	990
		24.657	3.137
Passivo não circulante			
Arrendamentos		-	232
Obrigações para desmobilização de ativos	13	14.000	19.582
Processos judiciais	14	6.397	4.800
		20.397	24.614
Total do passivo		45.054	27.751
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	15	(742)	40.495
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		44.312	68.246

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)

Em milhares de reais

	Capital Social	Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado nota 2d)	268.400	148.710	(303.886)	113.224
Aumento de capital	92.029	-	-	92.029
Ajuste de conversão	-	(5.263)	-	(5.263)
Prejuízo do exercício	-	-	(159.495)	(159.495)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado nota 2d)	360.429	143.447	(463.381)	40.495
Prejuízo do exercício	-	-	(41.237)	(41.237)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	360.429	143.447	(504.618)	(742)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Empresa de Mineração Esperança S.A. (“Sociedade” ou “Companhia”), de capital fechado, com sede em Brumadinho, no Estado de Minas Gerais, tem o objetivo de explorar, industrializar e comercializar minérios em geral, podendo para tanto explorar jazidas próprias e/ou de terceiros, comprar, vender, industrializar, importar e/ou exportar minérios em geral. A Sociedade é parte integrante de um grupo, cuja controladora em última instância, localizada no Brasil, é denominada Vale S.A.

Vale S.A., irá prestar o suporte financeiro para a Sociedade com objetivo de manter a capacidade operacional pelo menos nos próximos doze meses ou até a data de fechamento da transação do Contrato de Compra e Venda de Ações, de modo a permitir que a Sociedade possa cumprir com as suas obrigações contratuais a vencer de curto prazo, bem como exercer as suas atividades usuais sem qualquer impacto significativo nas suas operações.

Em 27 de dezembro de 2019, a controladora integral Vale S.A. celebrou um contrato para vender sua participação de 100% do capital social da Sociedade para a AVG Empreendimentos Minerários S.A.

Em 29 de janeiro de 2020, a transação de compra e venda foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”). A conclusão da transação é esperada para o segundo trimestre de 2021, após a conclusão de condições precedentes.

As demonstrações financeiras da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram elaboradas no pressuposto de sua continuidade operacional.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Sociedade (“demonstrações financeiras”) foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Sociedade.

b) Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir as perdas pela redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos. Os eventos subsequentes foram avaliados até 1 de abril de 2021, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

A Sociedade adotava até 31 de julho de 2019, o dólar norte americano como sua moeda funcional. Em 1º de agosto de 2019, após a compra pela Vale, a Sociedade passou a adotar o real como moeda funcional, moeda essa de maior influência no ambiente econômico no qual a Sociedade opera, sendo esta também a moeda de apresentação. A Sociedade foi adquirida para integrar o Sistema Sudeste da Vale, portanto passou a estar sujeita ao mesmo ambiente econômico da sua nova controladora. Destaca-se para mudança o indicador de financiamento do negócio, anteriormente mantido por acionista localizada no exterior, em dólar norte americano.

Os efeitos decorrentes da alteração na moeda funcional foram tratados prospectivamente, ou seja, os ativos e passivos foram convertidos para a nova moeda funcional utilizando a taxa de câmbio em 1º de agosto de 2019.

d) Reapresentação

Foram identificados ajustes relacionados a composição do patrimônio líquido e a composição do valor reconhecido como Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado que foram apresentados incorretamente em exercícios anteriores. Sendo assim, a Sociedade está reapresentando nessas demonstrações financeiras tais efeitos comparativos. Os efeitos dos ajustes estão demonstrados nos quadros a seguir:

Demonstração do Resultado – exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	Original	Ajustes	Saldo reapresentado
Lucro bruto	46.519	-	46.519
Despesas operacionais e baixas de imobilizado	(41.200)	-	(41.200)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	(180.024)	18.863	(161.161)
Resultado financeiro, líquido	(2.253)	-	(2.253)
Tributos sobre o lucro	(1.400)	-	(1.400)
Prejuízo do exercício	(178.358)	18.863	(159.495)

Adicionalmente, reapresentamos: i) a linha de Redução ao valor recuperável de ativos não circulantes na demonstração do fluxo de caixa, que apresentava R\$180.024 e passa a apresentar R\$161.161; e ii) a linha de prejuízo do exercício da demonstração do resultado abrangente, que apresentava R\$ 178.358 e passa a apresentar R\$ 159.495.

Demonstração das Mutações do Patrimônio líquido (passivo a descoberto) em 31 de dezembro de 2018:

	Original	Ajustes	Saldo reapresentado
Patrimônio líquido			
Capital social	201.025	67.375	268.400
Reserva de capital	57.926	(57.926)	-
Ajuste acumulados de conversão	191.789	(43.079)	148.710
Prejuízos acumulados	(318.653)	14.767	(303.886)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	132.087	(18.863)	113.224

Demonstração das Mutações do Patrimônio líquido (passivo a descoberto) em 31 de dezembro de 2019:

	Original	Ajustes	Saldo reapresentado
Patrimônio líquido			
Capital social	293.054	67.375	360.429
Reserva de capital	57.926	(57.926)	-
Ajuste acumulados de conversão	186.526	(43.079)	143.447
Prejuízos acumulados	(497.011)	33.630	(463.381)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	40.495	-	40.495

Demonstração das Mutações do Patrimônio líquido (passivo a descoberto) em 31 de dezembro de 2020:

	Original	Ajustes	Saldo reapresentado
Patrimônio líquido			
Capital social	293.054	67.375	360.429
Reserva de capital	57.926	(57.926)	-
Ajuste acumulados de conversão	186.526	(43.079)	143.447
Prejuízos acumulados	(538.248)	33.630	(504.618)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(742)	-	(742)

3. Receitas de vendas

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2020	2019
Receita bruta		
Vendas no Brasil	-	168.465
Menos:		
Impostos sobre vendas	-	(12.757)
Total	-	155.708
Partes relacionadas	-	125.136
Terceiros	-	30.572
Total	-	155.708

A Sociedade não realizou vendas no ano de 2020 uma vez que as operações da mina da Sociedade foram paralisadas em novembro de 2019, conforme decisão da Administração. Atualmente não há nenhum impeditivo para que a empresa retorne a operar normalmente.

Em 2019, as transações de receitas de vendas no mercado interno foram realizadas com a Vale S.A. (parte relacionada) no montante de R\$ 125.136, com quantidade vendida de 657.307 mil toneladas, com o Porto Sudeste, a Sociedade realizou transações no montante de R\$ 9.675, com quantidade vendida 57.666 mil toneladas, com a Companhia Siderúrgica Nacional, a Sociedade realizou transações no montante de R\$ 20.897, com quantidade vendida 178.388 mil toneladas.

4. Custos e despesas por natureza

a) Custo de produtos vendidos

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2020	2019
Pessoal	-	(13.507)
Serviços de terceiros	-	(48.842)
Óleo combustível	-	(25.982)
Depreciação, amortização e exaustão	-	(7.214)
Gastos com terminal de carregamento ferroviário	-	(3.840)
Outros	-	(9.804)
Total	-	(109.189)

A Sociedade não apresentou custo de produtos vendidos por não ter realizado vendas, conforme descrito na nota 3.

b) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2020	2019
Reversão (provisão) de processos judiciais	(1.767)	546
Pessoal	(1.519)	(2.036)
Serviços de terceiros	(2.985)	(1.959)
Parada de operação	(23.969)	(4.698)
Provisão de gastos com serviços (i)	(15.615)	-
Tributos, exceto IR e Contribuição Social	(207)	(354)
Baixa de imobilizado	-	(970)
Depreciação	(274)	(126)
Provisão para perda de adiantamento a fornecedores	-	(7.882)
Ajuste ao valor recuperável de estoques (nota 12)	-	(22.888)
Reversão da provisão para desmobilização de ativos	5.718	-
Outros	(1.509)	(833)
Total	(42.214)	(41.200)

(i) Serviços referentes a adequação de segurança da pilha de estéril e rejeito, por meio da conclusão da execução de obras para estabilização da pilha.

5. Redução ao valor recuperável de ativos não circulantes

A transferência do controle da Sociedade para Vale S.A. resultou na suspensão de suas operações por tempo indeterminado em razão da reavaliação do seu plano de negócios. Como consequência, a Sociedade identificou evidências substantivas de que o valor recuperável dos ativos era menor que o valor registrado no balanço. A Sociedade aplicou a abordagem de valor em uso para o teste de recuperabilidade dos seus ativos e, como resultado, uma perda de R\$ 161.161 (reapresentado) foi registrada na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Em 2020, a Sociedade não identificou alterações nas circunstâncias ou indicativos que poderiam resultar em uma redução ao valor recuperável dos seus ativos. Ressaltando que a Sociedade não realizou vendas no ano de 2020 uma vez que as operações da mina da Sociedade foram paralisadas em novembro de 2019, conforme decisão da Administração, entretanto não há nenhum impeditivo legal ou operacional para retorno das operações. Ainda, conforme evidenciado na nota 1, a controladora integral da Sociedade (Vale S.A.) celebrou um contrato de venda de 100% das ações da Sociedade pelo montante de R\$ 17 milhões, sendo a conclusão prevista para o segundo trimestre de 2021.

6. Resultado financeiro

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2020	2019
Despesas financeiras		
Juros e variação cambial de empréstimos com parte relacionada	-	(1.675)
Atualização monetária de contingência	159	(484)
Atualização monetária de obrigação para desmobilização de ativo	-	(735)
Variação cambial	-	(1.060)
Outras	(48)	(80)
	111	(4.034)
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	720	891
Atualização de tributos pagos antecipadamente	-	687
Atualização monetária de depósitos judiciais	44	41
Outros	15	9
	779	1.628
Resultado financeiro, líquido	890	(2.406)

7. Tributos sobre o lucro

a) Reconciliação do imposto de renda – Resultado

O total demonstrado como resultado de tributos sobre o lucro no resultado está reconciliado com as alíquotas estabelecidas pela legislação, como segue:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2020	2019
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	(41.237)	(158.095)
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	14.021	53.752
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:		
Despesas não dedutíveis	(91)	53
Imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos	(17.762)	-
Impactos decorrentes de liquidação de variação cambial	-	8.882
Efeito da moeda funcional sobre a base tributária e societária	-	(9.956)
Efeito decorrente da redução ao valor recuperável de ativos não circulantes	2.459	(54.795)
Outros	1.373	664
Tributos sobre o lucro	-	(1.400)

Até 31 de dezembro de 2020, a Companhia apurou prejuízos fiscais no montante de R\$ 320.105 (R\$ 283.482 em 2019), base negativa de contribuição social no montante de R\$ 320.105 (R\$ 283.482 em 2019), todos não reconhecidos em razão da não expectativa de recuperabilidade.

b) Tributos sobre o lucro a recuperar

	31 de dezembro de	
	2020	2019
Impostos de renda de pessoa jurídica - IRPJ	2.361	2.454
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	506	511
Total	2.867	2.965

A Sociedade não está operando por uma decisão de sua Administração. Porém, não há nenhuma circunstância impeditiva para a retomada das operações. Dessa maneira, entendemos que os créditos são passíveis de recuperabilidade nos próximos anos.

8. Tributos a recuperar

	31 de dezembro de	
	2020	2019
Imposto sobre circulação de mercadoria ("ICMS")	2.934	2.947
Impostos e contribuições federais brasileiras	11.109	10.344
Impostos estaduais	1.273	1.273
Outros	137	366
Total	15.453	14.930
Circulante	1.736	1.195
Não circulante	13.717	13.735
Total	15.453	14.930

A Sociedade não está operando por uma decisão de sua Administração. Porém, não há nenhuma circunstância impeditiva para a retomada das operações. Dessa maneira, entendemos que os créditos são passíveis de recuperabilidade nos próximos anos.

9. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de	
	2020	2019
Caixa e bancos	110	3
Aplicações financeiras	11.697	35.079
Total	11.807	35.082

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, depósitos líquidos e imediatamente resgatáveis, aplicações financeiras em investimento com risco insignificante de alteração de valor. O saldo de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2020 refere-se a aplicações de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) no montante de R\$ 11.697 (R\$ 35.079 em 2019), prontamente conversíveis em caixa, sendo indexadas à taxa dos certificados de depósito interbancário ("taxa DI" ou "CDI").

10. Contas a receber e fornecedores

	Contas a receber		Fornecedores	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2020	2019	2020	2019
Partes relacionadas (nota 17)	-	619	-	-
Terceiros	30	2	22.982	1.804
Total	30	621	22.982	1.804
Circulante	30	2	22.982	1.804
Não circulante	-	619	-	-
Total	30	621	22.982	1.804

O saldo de contas a receber com partes relacionadas refere-se, às operações de comercialização de energia na Câmara de Comércio de Energia Elétrica (CCEE). Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não havia inadimplência no contas a receber de terceiros.

O CPC 48 – Instrumentos Financeiros, substituiu a abordagem de perda incorrida do CPC 38 por uma abordagem de perda de crédito esperada. Para o saldo de contas a receber, a Sociedade adotou uma abordagem simplificada e realizou o cálculo da perda de crédito esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro e a perda identificada foi imaterial.

11. Estoques

	31 de dezembro de	
	2020	2019
Estoque de produtos acabados	3.153	3.441
Estoque de produtos em elaboração	24.594	24.591
Estoque de materiais de consumo	3.340	4.897
Ajuste ao valor realizável	(22.888)	(22.888)
Total	8.199	10.041
Circulante	8.199	8.337
Não circulante	-	1.704
Total	8.199	10.041

O ajuste ao valor realizável dos estoques refere-se ao valor do ROM (“Run of Mine”), que é representado pelo minério bruto obtido diretamente da mina, sem sofrer nenhum tipo de beneficiamento, sem expectativa de aproveitamento. Os estoques da Sociedade não estão sendo movimentados devido a adequação de segurança da pilha de estéril e rejeito com conclusão prevista para o segundo trimestre de 2021.

12. Imobilizado

	Terrenos	Imóveis	Ativos minerários	Contratos de arrendamento	Máquinas e equipamentos	Imobilizações em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	12.754	9.018	128.998	-	11.832	1.010	163.612
Adições/reversões	-	-	-	868	0	4.073	4.941
Baixas	-	-	-	-	(4)	(966)	(970)
Depreciação e amortização	-	(304)	-	(315)	(1.138)	-	(1.757)
Redução ao valor recuperável (Reapresentado)	(12.408)	(8.297)	(126.323)	-	(14.133)	-	(161.161)
Obrigações para a desmobilização de ativos (Nota 14)	-	-	2.996	-	-	-	2.996
Transferências	-	-	-	-	4.127	(4.127)	-
Ajuste de conversão	(346)	(417)	(4.304)	-	(681)	935	(4.813)
Total	-	-	1.367	553	3	925	2.848
Custo	12.754	23.788	223.710	868	50.891	1.382	313.393
Redução ao valor recuperável (Reapresentado)	(12.408)	(8.297)	(126.323)	-	(14.133)	-	(161.161)
Depreciação e amortização acumulada	-	(16.761)	(94.694)	(315)	(36.950)	-	(148.720)
Ajuste de conversão	(346)	1.270	(1.326)	-	195	(457)	(664)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-	1.367	553	3	925	2.848
Adições/reversões	-	99	7	-	1.811	(42)	1.875
Depreciação e amortização	-	-	-	(274)	-	-	(274)
Obrigações para a desmobilização de ativos (Nota 14)	-	-	136	-	-	-	136
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	99	1.510	279	1.814	883	4.585
Custo	12.754	23.887	223.853	868	51.564	883	313.809
Redução ao valor recuperável (nota 5)	(12.408)	(8.297)	(126.323)	-	(14.133)	-	(161.161)
Depreciação e amortização acumulada	-	(16.761)	(94.694)	(589)	(35.812)	-	(147.856)
Ajuste de conversão	(346)	1.270	(1.326)	-	195	-	(207)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	99	1.510	279	1.814	883	4.585

13. Obrigações para desmobilização de ativos

	31 de dezembro de	
	2020	2019
Saldo no início do exercício	19.582	15.851
Outras despesas operacionais (i)	(5.718)	2.996
Atualizações	136	735
Saldo no final do exercício	14.000	19.582

(i) A variação de outras despesas operacionais ocorrida em 2020 é decorrente da alteração de certas premissas do cálculo da provisão, principalmente a estimativa de quando os gastos serão incorridos pela Sociedade. A metodologia de cálculo consiste no passivo de longo prazo descontado ao valor presente utilizando uma taxa antes dos impostos que reflete a avaliação atual do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do passivo e registrado contra o resultado do exercício. O passivo é liquidado quando do início do desembolso de caixa ou contração de obrigação a pagar referente ao fechamento da mina ou desativação dos ativos minerários. Os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações não são abatidos do montante provisionado.

Referem-se aos custos esperados para o fechamento das minas e desativação dos ativos minerários vinculados. É necessário o julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração das obrigações para desmobilização de ativos, tais como, taxa de juros, custo de fechamento, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. As taxas de juros de longo prazo utilizadas para desconto a valor presente e atualização das obrigações para desmobilização de ativos foram de 3,54% a.a. e 3,36% a.a. em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

14. Processos judiciais

A Sociedade é parte envolvida em ações trabalhistas, ambientais, cíveis e tributárias em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Sociedade, amparada pela opinião de consultores legais.

Passivos contingentes consistem em causas discutidas nas esferas administrativa e judicial, cuja expectativa de perda é classificada como possível, as quais o reconhecimento de provisão não é considerado necessário pela Sociedade, baseado nos consultores legais. Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Sociedade é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Sociedade até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	Provisões para processos judiciais		Passivos contingentes		Depósitos judiciais	
	31 de dezembro de		31 de dezembro de		31 de dezembro de	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Processos cíveis	7	209	61.291	58.077	-	-
Processos ambientais	192	-	5	33	-	-
Processos tributários	-	-	124.223	86.597	-	-
Processos trabalhistas	6.198	4.591	6.275	-	1.369	1.757
Total	6.397	4.800	191.794	144.707	1.369	1.757

Os principais passivos contingentes são:

Processos cíveis - No último trimestre de 2013, a Companhia tomou conhecimento de duas ações movidas por ex-diretores (anteriores à aquisição da Companhia pelo Grupo do qual ela faz parte atualmente), solicitando indenização por supostos danos morais e materiais. Em dezembro de 2020 o valor atualizado dos pedidos é de R\$ 61.291 (R\$ 57.363 em 2019).

Processos tributários - Em dezembro 2014, a Companhia recebeu uma autuação da Receita Federal referente à amortização fiscal do ágio nos anos de 2011 e 2012. Em janeiro de 2018, a Companhia recebeu outra autuação da Receita Federal referente à amortização fiscal do ágio nos anos de 2013 e 2014. Em dezembro 2020, o valor atualizado das duas autuações é de R\$ 76.604 (R\$ 76.125 em 2019).

Processo nº 48054.930522/2020-91, constituído em 2020 referente a Notificação Fiscal de Lançamento de Débito quanto ao pagamento a menor ou não pagamento da CFEM relativo ao período de setembro/2010 e dezembro/2017, no valor atualizado de R\$ 24.737 em 2020.

15. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

a) **Capital social** - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social é de R\$ 360.429 correspondendo a 6.649.286.493 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 2019, a Companhia recebeu cinco aportes de capital da sua controladora, Atlantic Iron S.àr.l, no valor total de R\$ 80.036, emitindo 80.036.450 ações ordinárias de valor unitário de R \$1,00 e uma capitalização de empréstimo com sua controladora, Atlantic Iron S.àr.l, no valor total de R\$ 11.993, emitindo 1.199.245.883 ações ordinárias de valor unitário de R\$0,01. O fluxo dos aportes foi conforme abaixo:

Data	Aporte	Número de ações emitidas
30 de janeiro de 2019	9.287	9.287.500
27 de fevereiro de 2019	18.650	18.650.000
29 de abril de 2019	15.760	15.760.000
26 de junho de 2019	23.040	23.040.000
29 de julho de 2019	13.299	13.298.950
20 de dezembro de 2019	11.993	1.199.245.883
Total	92.029	1.279.282.333

b) **Prejuízos acumulados** - Em 2020, a Sociedade apresentou prejuízo, elevando o total de prejuízos acumulados.

16. Transações com partes relacionadas

Representados pelas seguintes operações com partes relacionadas à Sociedade:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2020	2019
Ativos		
Contas a receber – Vale S.A.	-	619

Resultados gerados pelas operações com partes relacionadas:

	Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	2020	2019
Receita de vendas, líquida – Vale S.A.	-	125.136
Resultado financeiro – Atlantic Iron S.a.r.l	-	(1.675)

Todas as operações com partes relacionadas estão formalizadas através de contratos celebrados entre as partes. Caso esses contratos tivessem sido estabelecidos com terceiros, os termos contratuais poderiam ser diferentes dos firmados com as partes relacionadas.

A remuneração dos administradores da Sociedade foi paga integralmente por sua controladora final Vale S.A., sem o respectivo reembolso. Não há remuneração baseada em ações da própria Sociedade e incentivos de longo prazo.

17. Classificação dos instrumentos financeiros

	Custo amortizado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Caixa e equivalente de caixa	11.807	35.082
Contas a receber	30	2
Contas a receber - partes relacionadas	-	619
Total dos ativos financeiros	11.837	35.703
Fornecedores	22.982	1.804
Salários e encargos	1.332	990
Arrendamentos	343	575
Total de passivos financeiros	24.657	3.369

18. Sumário das principais políticas contábeis

a) Moeda funcional e moeda de apresentação - As demonstrações financeiras são mensuradas utilizando o real (“BRL” ou “R\$”), que é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade opera (“moeda funcional”). As operações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do período são reconhecidos no resultado como despesa ou receita financeira e são gerados principalmente devido à compra de insumos e vendas de produtos para o mercado externo em dólares norte-americanos (“US\$”).

b) Estoques - Os estoques são apresentados pelo menor valor entre custo e valor realizável líquido. Os custos de produção são determinados pelos custos fixos e variáveis, direta e indiretamente atribuídos a produção, mensurados pelo método de custo médio. Estimativa de perdas com estoques obsoletos ou de baixa movimentação é reconhecida.

c) Remoção de estéril para acessar os depósitos de minério (“stripping costs”) - Os custos associados à remoção de estéril e outros resíduos (“custo de remoção estéril” ou “stripping costs”) incorridos durante o desenvolvimento da mina, antes da produção, são capitalizados como parte do custo depreciável do ativo imobilizado em desenvolvimento. Tais custos são amortizados pelo período da vida útil da mina. Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque. Os custos de remoção de estéril são mensurados pelos custos fixos e variáveis, direta e indiretamente atribuídos a sua remoção e, quando aplicável, é deduzido de eventual impairment, nos mesmos moldes adotados para a unidade geradora de caixa no qual pertence.

d) Imobilizado - Os ativos imobilizados são reconhecidos pelo custo de aquisição ou construção, líquido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável. Os custos dos ativos minerários desenvolvidos internamente são determinados por (i) custos diretos e indiretamente atribuídos à construção da planta da mina; (ii) encargos financeiros incorridos durante o período de construção; (iii) depreciação de bens utilizados na construção; (iv) estimativa de gastos com descomissionamento e restauração da localidade; e (v) outros gastos capitalizáveis ocorridos durante a fase de desenvolvimento da mina (quando o projeto se prova gerador de benefício econômico e existem capacidade e intenção da Sociedade de concluir o projeto).

A exaustão dos ativos minerários é apurada com base na relação obtida entre a produção efetiva e o montante total das reservas minerais provadas e prováveis. Os demais ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos estão disponíveis para serem utilizados no uso pretendido. A exceção são os terrenos que não são depreciados.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Vidas úteis
Imóveis	3 a 30 anos
Instalações	3 a 20 anos
Equipamentos	3 a 20 anos
Ativos minerários	Produção

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados a cada exercício social e ajustados, se necessário.

Os gastos relevantes com manutenção de áreas industriais e de ativo relevantes, incluindo peças para reposição, serviços de montagens, entre outros, são registrados no ativo imobilizado e depreciados durante o período de benefícios desta manutenção até a próxima parada.

e) Redução de valor recuperável de ativos (“Impairment”) - Para os ativos imobilizados, quando há indicação de redução ao valor recuperável, diretamente atribuída a um ativo, é identificado o menor grupo de ativos para os quais existam fluxos de caixa separadamente identificável (“unidade geradora de caixa” ou “UGC”) e é realizado o teste de *impairment* para identificar o valor recuperável desses ativos agrupados. Se identificada a necessidade de ajuste, o mesmo é apropriado a cada ativo da unidade geradora de caixa. O valor recuperável é maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para venda.

A Sociedade determina seus fluxos de caixas com base nos orçamentos aprovados considerando: reservas e recursos minerais calculados por especialistas internos; custos e investimentos baseados na melhor estimativa e em desempenhos passados; e preços de venda consistentes com as projeções utilizadas nos relatórios publicados pela indústria, considerando a cotação de mercado quando disponível e apropriado. Os fluxos de caixa utilizados são baseados na vida útil de cada unidade (consumo das reservas no caso das unidades minerais) e considerando taxas de desconto que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em cada unidade geradora de caixa, dependendo de sua composição e localização.

Os ativos não circulantes os quais a Sociedade reconheceu *impairment*, são revisados caso eventos ou alterações de circunstância indiquem que o *impairment* não é mais aplicável. Nesses casos, uma reversão de *impairment* será reconhecida.

f) Instrumentos financeiros - A Sociedade classifica os ativos financeiros com base no seu modelo de negócios para o gerenciamento dos ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais desses ativos. Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado ("FVTPL") a menos que certas condições que permitam uma mensuração subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") ou pelo custo amortizado sejam atendidas. Sendo que na data base destas demonstrações financeiras a Sociedade somente possui instrumentos financeiros classificados como custo amortizado.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado e atualizados pelo método da taxa de juros efetivos.

g) Provisão com obrigações de desmobilização de ativos - A provisão refere-se aos custos para o fechamento da mina e desativação dos ativos minerários vinculados. No reconhecimento da provisão, o custo correspondente é capitalizado como parte do ativo imobilizado e a depreciação mensurada na mesma base dos bens a que se refere e reconhecida no resultado do exercício.

O passivo de longo prazo é atualizado financeiramente pela taxa de desconto de longo prazo livre de risco aplicável ao passivo e registrado contra o resultado do exercício, como despesa financeira e é liquidado quando do início do desembolso de caixa ou contração de obrigação a pagar referente ao fechamento da mina ou desativação dos ativos minerários.

h) Reconhecimento da receita - A Sociedade adotou a partir de 1º de janeiro de 2018, o CPC 47 – Receita de contratos com clientes. O CPC 47 estabelece um novo conceito para o reconhecimento de receita, substituindo o CPC 30 Receita, o CPC 17 Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

O CPC 47 estabeleceu um modelo de cinco etapas para o reconhecimento de receita de contratos com clientes. Como a transferência de riscos e benefícios geralmente coincide com a transferência de controle dos produtos, o momento do reconhecimento da receita de venda de commodities não foi impactado pela adoção dessa nova norma.

Parte das vendas da Sociedade são realizadas nas modalidades do *Incoterms* conhecidas como *Cost and Freight* ("CFR") e *Cost, Insurance and Freight* ("CIF"), na qual a Sociedade é responsável pelo serviço de frete após a transferência de controle do produto ao cliente. De acordo com a CPC 47, a prestação de serviços de frete para contratos CFR e CIF deve ser considerada como uma obrigação de desempenho separada na qual uma proporção do preço da transação seria alocada e reconhecida conforme a efetiva prestação do serviço ao longo do tempo.

O efeito da alteração no momento de reconhecimento da parcela da receita alocada ao frete não impactou de forma significativa o resultado do período. Portanto, tal receita não está sendo apresentada separadamente nessas demonstrações financeiras da Sociedade.

i) Tributos sobre o lucro - A provisão para tributos sobre o lucro é calculada com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota estatutária aplicável no referido exercício é de 34%. Como a Sociedade não tem expectativa de lucros futuros, o imposto de renda e contribuição social diferidos apurados no período são provisionados para perda.

j) Processos judiciais - Uma provisão é reconhecida no momento em que a obrigação for considerada provável pela diretoria jurídica e seus consultores jurídicos que serão necessários recursos para liquidar a obrigação e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável devido a mudanças nas circunstâncias, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

19. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Sociedade. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas. Resultados reais futuros poderão divergir dos estimados. As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Sociedade na preparação destas demonstrações financeiras estão assim apresentadas:

a) Reservas minerais e vida útil das minas - As estimativas de reservas provadas e prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. Estas reservas são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. O cálculo das reservas requer que a Sociedade assuma posições sobre condições futuras que são incertas, incluindo preços futuros do minério, taxas de inflação, tecnologia de mineração, disponibilidade de licenças e custos de produção. Alterações em algumas dessas posições assumidas poderão ter impacto significativo nas reservas provadas e reservas prováveis da Sociedade.

A estimativa do volume das reservas minerais é base de apuração da parcela de exaustão das respectivas minas e, sua estimativa de vida útil é fator preponderante para quantificação da provisão de recuperação ambiental das minas quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado. Qualquer alteração na estimativa do volume de reservas das minas e da vida útil dos ativos a ela vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização, reconhecidos nas demonstrações financeiras como custo dos produtos vendidos. Alterações na vida útil estimada das minas poderão causar impacto significativo nas estimativas da provisão de gastos ambientais, de sua recuperação quando da sua baixa contábil do ativo imobilizado e das análises de redução ao valor recuperável de ativos não circulantes.

b) Desmobilização de ativos - A Sociedade reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem. A Sociedade considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como uma prática contábil crítica por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxas de juros, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão da mina. Estas estimativas são revisadas anualmente. A taxa de juros utilizada para o cálculo está evidenciada na nota 13.

c) Redução ao valor recuperável de ativos não circulante - A Sociedade testa a recuperabilidade de seus ativos tangíveis (quando há evidência de *impairment*) segregados por unidade geradora de caixa, utilizando modelos de fluxo de caixa descontado que dependem de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada.

d) Tributos diferidos sobre o lucro - A determinação do reconhecimento para os tributos diferidos sobre o lucro, ativo e passivo, requer a utilização de estimativas. Para cada crédito fiscal futuro, a Sociedade avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. A provisão para desvalorização depende da avaliação, pela Sociedade, da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, preços de commodities, custos operacionais, planos de reestruturação, custos de recuperação de áreas degradadas e custos de capital planejados.

e) Processos judiciais - Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

20. Gestão de riscos

a) Gestão de risco de liquidez e capital - A Sociedade monitora as previsões de fluxo de caixa para assegurar a liquidez de curto prazo e possibilitar maior eficiência da gestão do caixa, em linha com o foco estratégico na redução do custo de capital e estabelecer uma estrutura de capital que assegure a continuidade dos seus negócios no longo prazo. Caso a Sociedade tenha dificuldade para liquidar seus compromissos, a Vale suprirá a defasagem de caixa.

b) Gestão de risco de crédito - A exposição da Sociedade ao risco de crédito decorre de recebíveis em transações comerciais e investimentos financeiros. O processo de gestão de risco de crédito fornece uma estrutura para avaliar e gerir o risco de crédito das contrapartes e para manter o risco da Sociedade em um nível aceitável.

(i) Gestão de risco de crédito de recebíveis - A Sociedade atribui uma classificação de risco de crédito interna para cada contraparte utilizando sua própria metodologia quantitativa de análise de risco de crédito, baseada em preços de mercado e informações financeiras da contraparte, bem como informações qualitativas sobre o histórico de relacionamento comercial.

(ii) Gestão de risco de crédito de investimentos financeiros - Para gerenciar a exposição de crédito originada por aplicações financeiras, a Sociedade controla a diversificação de sua carteira e monitora diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram aprovadas para negociação.

c) Gestão de risco de mercado - A Sociedade está exposta a diversos fatores de risco de mercado que podem impactar seu fluxo de caixa. Considerando a natureza dos negócios e operações da Sociedade, os principais fatores de risco de mercado aos quais a Sociedade está exposta são: risco da taxa de câmbio, risco da taxa de juros e risco de preços de produtos e insumos. A avaliação do potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco.

* * *

Membros da Diretoria e Responsáveis Técnicos

Diretores

Leonardo Gonçalves Paiva
Diretor

Danilo Cruz Goldoni
Diretor

Carla Brandão Tarré Carvalho de Oliveira
Diretor

Responsáveis Técnicos

Almir Alves da Paz
TC-CRC-RJ 061231/O-6

Cecília Fernandes Albuquerque
Gerente de Controladoria

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Vale. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://vale.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2388-6949-705B-9818> ou vá até o site <https://vale.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido. The above document was proposed for digital signature on the platform Portal de Assinaturas Vale. To check the signatures click on the link: <https://vale.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2388-6949-705B-9818> or go to the website <https://vale.portaldeassinaturas.com.br:443> and use the code below to verify that this document is valid.

Código para verificação: 2388-6949-705B-9818



Hash do Documento

7CDA27FE06FF39EFBC8F60B197780BE4E8813572E9F684C5EA8CB1FB9AA20916

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/04/2021 é(são) :

- Danilo Cruz Goldoni (Diretor) - 053.469.776-35 em 01/04/2021 14:59 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Por email: d*****j@vale.com

Evidências

Client Timestamp Thu Apr 01 2021 14:59:46 GMT-0300 (Hora oficial do Brasil)

Geolocation Location not shared by user.

IP 200.6.35.101

Hash Evidências:

F2B9904389C59997A4F657D2F7F5D278D5B4FE28B8DB5E9C17DBA56736E30913

- Leonardo Gonçalves Paiva (Diretor) - 573.744.652-20 em 01/04/2021 14:58 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Por email: L*****a@vale.com

Evidências

Client Timestamp Thu Apr 01 2021 14:57:58 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

Geolocation Latitude: -19.8967296 Longitude: -43.9517184 Accuracy: 5298

IP 201.80.0.227

Hash Evidências:

A205BC5584688C2793045AE2E3C9311D94F93F17B8042EABD0BD1871B646DA25

- ☑ Carla Brandão Tarré Carvalho de Oliveira (Diretor) - 080.679.157-84 em 01/04/2021 14:29 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Por email: c*****e@vale.com

Evidências

Client Timestamp Thu Apr 01 2021 14:29:39 GMT-0300 (Hora oficial do Brasil)

Geolocation Location not shared by user.

IP 179.218.12.154

Hash Evidências:

8116806B20BF523B25E360C2406C2AE8E84140B9EF0C46FF11E004171A28970D

- ☑ cecília Fernandes Albuquerque (Gerente de Controladoria) - 122.789.107-52 em 01/04/2021 14:24 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Por email: c*****e@vale.com

Evidências

Client Timestamp Thu Apr 01 2021 14:24:32 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

Geolocation Latitude: -22.9068467 Longitude: -43.1728965 Accuracy: 1221797

IP 142.40.176.69

Hash Evidências:

8589E96644B2EB05128B558466E1C82350E2B9B37EEAFDB9F53D889B1A1D6A8A

- ☑ ALMIR ALVES DA PAZ (TC-CRC-RJ 061231/O-6) - 406.819.557-91 em 01/04/2021 14:21 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Por email: a*****z@vale.com

Evidências

Client Timestamp Thu Apr 01 2021 14:21:10 GMT-0300 (Hora oficial do Brasil)

Geolocation Latitude: -22.92502060409959 Longitude: -43.175808144728876 Accuracy: 122

IP 142.40.176.69

Hash Evidências:

F6C7A4AB68285490FBFA73BEDC8071D910D0E76823F56E8E8A037C2BFC67FD1B

